



**Francisco Pereira Smith Júnior<sup>1</sup>**  
**Professor Assistente da UFPA**  
**Doutorando do NAEA- PDTU**  
**fsmith@ufpa.br**

## **O IMIGRANTE ESPANHOL NA AMAZÔNIA**

*Assim, até Dezembro de 1896, haviam desembarcado em Belém 3.123 colonos.*

*Ernesto Cruz, in A estrada de Ferro de Bragança, vida Social, econômica e política.*

Nos anos que vão de 1850 a 1930 presenciou-se uma grande chegada de emigrantes espanhóis legais e até ilegais na Amazônia brasileira, principalmente no início do século XX, eram muitos Andaluzes e principalmente Galegos. Alguns oriundos de ações legais de recrutamentos, como as ações que existiam no Porto de Gibraltar, realizadas por agências que atuavam no local, como a de Francisco Cepeda e a de Antunes dos Santos e outros imigrantes entraram no Brasil de forma ilegal.

Em 21 de fevereiro de 1896, o governador do Estado do Pará, Sr. Lauro Sodré, sancionou a lei de número 330, na qual estava autorizava a entrada de cem mil imigrantes na região, por um período de dez anos, que desejassem se fixar como agricultores, ou em qualquer ramificação da indústria no estado. Assim garantiam-se passagens, hospedagem, refeição, transporte e tratamento médico nos núcleos coloniais. Além de assegurar-lhes a doação de 25 hectares de terras férteis para aqueles que se dedicassem a agricultura nos núcleos coloniais, bem como proporcionar o que fosse necessário de ferramentas para desenvolver o trabalho agrícola. Desta forma milhões de imigrantes chegaram ao estado do Pará. De início eram alojados na Hospedaria do Outeiro, para dias depois, seguirem a viagem, de trem, que os levariam as Colônias agrícolas de destino. Francisco Cepeda (contratante de imigrante da época) obteve um contrato para introduzir 15 mil espanhóis, na maioria galega, mas também das províncias de Salamanca e Zamora.

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Literários, [fsmith@ufpa.br](mailto:fsmith@ufpa.br)

Professor do Campus Universitário de Bragança- PA, UFPA, Rua Leandro Ribeiro, S/N.

Os contratantes da introdução dos colonos estrangeiros no Pará foram os senhores Francisco Cepeda e Emílio Adolfo de Castro Martins. Nos termos dos respectivos contratos, ambos deveriam introduzir 25.000 colonos, ficando 15.000 sob a responsabilidade do Sr. Francisco Cepeda e 10.000 sob a do Sr. Emílio Martins. Todavia, só chegaram a 12.024 imigrantes, o que deu motivo a rescisão do contrato de ambos, mediante a indenização de 220 contos de reis ao primeiro e de 100 contos de reis ao segundo, em papel e em títulos do empréstimo externo. (CRUZ, 1955, pg. 54).

Segundo Martinez (2000) no caso de Francisco Cepeda, quando realizou o recrutamento para o Pará, muitos candidatos saíram da Província de Cáceres. Cabe ainda assinalar, como também testemunhar o informe do Instituto Español de Emigración, que estes agentes (estamos nos referindo a casa Antunes e a de Cepeda) procediam com boa fé e operavam na legalidade, de acordo com a “amoralidade do negócio”.

Enquanto todos os relatórios publicados pela Inspección General de Emigración demonstram que saíram grupos familiares de Andaluzia, Extremadura, Galícia, etc., o boletim de 1928 aprofunda um pouco mais a questão, ressaltando que o chamariz da viagem gratuita conseguia atrair os oriundos de províncias que nunca participaram do fenômeno migratório. (MARTÍNEZ, 2000, pg. 245).

O Governador posterior ao governo de Lauro Sodré, Sr. Augusto Montenegro, não via com “bons olhos” a migração estrangeira para o estado. Assim manifestou-se contra a forma na qual havia iniciado a migração estrangeira no Pará. Acreditando que os contratos com Francisco Cepeda e Emílio Martins eram muito onerosos para os cofres públicos do estado realizou o cancelamento dos serviços dos contratantes de imediato, em virtude do não cumprimento do contrato por parte dos contratantes. A suspensão dos serviços representou em uma economia significativa para os cofres públicos, mesmo assim geraram-se dívidas posteriores a serem pagas.



Se a suspensão desse serviço dava ao estado a economia de .....4.071:886\$130 reis (46), ou seja na moeda a atual Cr\$ 4.071.886,13, por outro lado cortava a possibilidade de uma melhor seleção de imigrantes, principalmente europeus, que no conceito de MeaxLeclerc , constituíam um reservatório humano, que não devia ser abandonado. (CRUZ, 1955 pg. 54)

O corte de serviços pelo Governador Augusto Montenegro atingiu até a estrada de ferro de “Decauville”, que ligaria a histórica cidade de Bragança a colônia agrícola de Benjamin Constant, um golpe para os colonos, pois dependiam de infra-estrutura para escoar seus alimentos e produtos beneficiados. Augusto Montenegro em 27 de Abril de 1900 decidiu cancelar o contrato firmado com o Engenheiro Guilherme Von Lindem alegando quebra das principais cláusulas contratuais por parte do engenheiro. Bem como a quebra do prazo para os estudos da área e a entrega da estrada de ferro dentro do prazo estabelecido de um ano. Desta forma, a colônia de Benjamin apesar de sua crescente produção passou a ter dificuldades em realizar o transporte de sua produção agrícola. Com isso, muitos imigrantes, dentre esses espanhóis, portugueses, judeus e nordestinos passaram a optar pela emigração para cidades maiores, como Belém e Bragança para dedicar-se a outras áreas de trabalhos, como o comércio.

Com a falta de apoio do governo de Augusto Montenegro, sabe-se que muitos imigrantes espanhóis retornaram para a Espanha, outros se espalharam pelo estado do Pará, alguns se instalaram nos centros urbanos, como o de Belém, e grandeparte foram para suas colônias de destino no interior do estado do Pará.

Durante o ano de 1931 se conseguiu ter um breve panorama da imigração espanhola na região Norte. No Amazonas muitos fizeram parte da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e no Pará muitos trabalharam na agricultura e na estrada de Ferro Belém-Bragança.

Dados apontam que o norte do país, mais precisamente Belém, Capital do Pará, foi escolhida como um dos lugares de grande fluxo de emigrantes estrangeiros, dentre esses estavam principalmente os portugueses, italianos e espanhóis. Martínez (2000) informa que nessa época existiam na cidade 1.500 espanhóis, dos quais 90% eram Galegos, 7% de Castilla e León e 3% compreendiam os oriundos de demais regiões.



A emigração espanhola no Pará apresenta uma peculiaridade no que diz respeito à origem de seus emigrantes. Mesmo com poucos dados, estudos informam que, grande parte desses emigrantes espanhóis era da região da Galícia, reconhecidos como agricultores e analfabetos. Como a política migratória se preocupava bastante com a necessidade de povoar a Amazônia e de encontrar mão de obra agrícola para trabalhar no campo, os galegos caíram como uma “luva” para a realidade Amazônica.

Outro fator atraía os desbravadores galegos para migrar, este era o sistema de herança que funcionava na Galícia, que privilegiava a herança de propriedade dos galegos a apenas um dos filhos, com isso os filhos restantes do casal se viam em situação de desamparo total, sentiam-se abandonados e sem destino certo. Para fugir da miséria e da fome tornavam-se emigrantes natos, recebendo o título de povo viajante, aventureiro, corajoso e desbravador. A respeito da Galícia CÁNOVAS (2005) comenta que:

A região registrava crescimento demográfico bem mais elevado que o das demais regiões espanholas, e seu sistema econômico era tradicional, baseado na agricultura de subsistência. Em crise, esse sistema oferecia escassa possibilidade de mobilidade social, em razão da estrutura da propriedade da terra. Esses fatores, aliados ao baixo desenvolvimento industrial, encorajavam o emigrante galego a tentar uma melhoria de vida na América. (CÁNOVAS, 2005, pg. 62).

Nos finais do século XIX tivemos um “boom” migratório na Amazônia, milhões de espanhóis, principalmente colonos foram recrutados para atividades no campo. Apesar de muitos acabarem ficando pelos centros urbanos desenvolvendo atividades de natureza diferente que o da agricultura. O comércio de Belém, por exemplo, conheceu a presença de emigrantes espanhóis com trabalhos ligados ao ramo da hotelaria, artesanato, pequenos comércios e até manufaturas.

Com o passar dos anos, se percebeu que muitos espanhóis participantes da política de imigração (que se fincaram em núcleos coloniais da Amazônia Paraense) brasileira se encontravam fora de suas terras. Estes haviam abandonado suas terras por não conseguirem dar continuidade nos trabalhos de agricultura nas colônias e nem terem



conseguido vendê-las, daí gerou-se um grande desequilíbrio econômico para o estado do Pará em função desse abandono de forma repentina.

Um dos argumentos aduzidos pelo governador Montenegro a favor da rescisão dos contratos de Cepeda e Martins, foi o sistemático abandono pelos colonos europeus, dos núcleos onde estavam localizados. Não explica a razão dessa anormalidade; mas, situa, em números, a prova daquela afirmativa, esclarecendo que, dos 12.029 imigrantes espanhóis introduzidos no Pará, restavam nas colônias 1.802 (47). Como o estado dispendera com esses 12.029 colonos a importância de cerca de VINTE E UM MIL CONTOS DE RÉIS, e só restavam 1.802, a despesa de cada um se elevava, aproximadamente, a 12 contos de réis, quando, na verdade, o dispêndio previsto com cada imigrante era de 1:725\$000 réis. (CRUZ, 1955, pg. 54).

No início do século XX, muitos espanhóis se deslocaram em busca por trabalho de natureza diferenciada da agricultura, um grande número saiu do interior paraense (áreas agrícolas) e se deslocou para grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e Belém.

A migração desses emigrantes para Belém causou um impacto social na cidade com grandes proporções negativas, pois muitos emigrantes à beira da miséria total acabaram contribuindo para o surgimento de uma Belém caótica, no que diz respeito às questões sociais. Houve aumento no número de pedintes, os filhos de emigrantes espanhóis tornaram-se menores abandonados sem nenhuma política de inclusão social, muitos adultos e anciões foram abandonados a própria sorte. Outros se sujeitaram a condições desumanas de trabalho e muitas mulheres se entregaram a prostituição em bordéis na capital paraense. Diferente da situação de muitos dos seus patrícios com destino a cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, não que isso negue a falta de sucesso também desses imigrantes espanhóis nessas cidades. Como afirma CÁNOVAS (2005):

No Rio de Janeiro – onde já em 1900 se fundava o centro Galego -, constituíram uma numerosa colônia, dedicando-se, sobretudo ao comércio de produtos alimentícios e negócios hoteleiros. Tiveram ainda alguma representatividade nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



Em São Paulo instalaram-se em Núcleos urbanos, na Capital, em Santos em Campinas. Não integrando, portanto o contingente que veio engrossar a mão de obra demandada pelo café. (CÁNOVAS, 2005, pg. 64-65)

No que diz respeito ao povoamento da região Amazônica, as informações ainda são quase inexistentes, mas o pouco de literatura existente sobre o assunto, ainda se defende e se sustenta a idéia de certo “fracasso” das colônias de Migração na região norte do país por certos estudiosos da área. No entanto, se esquece do quanto esses imigrantes foram importantes para gerar uma “riqueza” na econômica local dessas colônias. Um exemplo está para a riqueza deixada por famílias de imigrantes espanhóis na cidade de Bragança, região nordeste do Pará, onde se vê a herança de prédios residenciais e comerciais deixados por antepassados espanhóis que até hoje ainda estão preservados e a riqueza de suas famílias consolidadas. Além, é claro, de uma forte herança cultural que pode ser percebida na atual formação da sociedade, mesclada por ritmos e cores que dão sentido ao caboclo bragantino. Enfim, como se pode perceber, o mais importante é reconhecer que muitas famílias de estrangeiros fizeram parte de um histórico de conquista na Amazônia e deixaram um legado não somente de tristeza, miséria e fracasso, mas também de riqueza e glamour nas sociedades que se consolidavam no interior da Amazônia. Como afirma EMMI (2008):

Embora tenha sido referida na literatura como uma iniciativa fracassada e por isso de menor importância, é relevante recuperar a memória da experiência de implantação de colônias agrícolas com imigrantes estrangeiros na Amazônia. Apesar da curta existência dessa corrente, as colônias representaram a porta de entrada para a fixação de famílias italianas no interior da Amazônia e sua contribuição econômica e social é notada até hoje. (pg. 115).

A Amazônia tornou-se uma região de forte atração para a migração estrangeira, seu potencial agrícola atraiu um número significativo de imigrantes, fazendo da mesma uma das mais importantes áreas de assentamento desses indivíduos. No norte do país, Belém, capital do Pará, foi um dos lugares escolhidos. Nessa época existiam na cidade



1.500 espanhóis, dos quais 90% eram galegos, 7% de Castilha e León e 3% compreendiam os oriundos das demais regiões (MARTÍNEZ, 2000, pg. 247).

A região da Galícia pareceu ser a região que mais contribuiu com a representação de espanhóis na Amazônia, estima-se que em torno de 600 pessoas entraram em terras amazônicas até aproximadamente 1894. Atraídos por uma forte política migratória, muitos indivíduos foram encaminhados a núcleos coloniais para desenvolver atividades agrícolas como o plantio de açúcar, feijão, tabaco e arroz.

Os principais núcleos coloniais considerados “legais” pelo governo brasileiro eram os de Benjamim Constant (núcleo no qual este trabalho se dedica a pesquisar), o de Monte Alegre, Ferreira Pena, Santa Rosa, Marapanim, Couto Magalhães, Anita Garibaldi, Ianetama e Modelo. Deve-se atentar que na região do salgado, nordeste do Pará, muitos espanhóis criaram suas próprias vilas, muitos desses indivíduos saíam de seus núcleos de destino e iam a buscar outras terras o que para eles parecesse mais atraente. Desta forma, surgiram a margens de rios que cruzavam o oceano muitos vilarejos, distantes horas a pé de seus núcleos. Um exemplo desses é a criação de vilas como a de Simão e Mocajuba, as margens do Rio Caeté que surgiram a partir de uma remigração de algumas famílias de espanhóis oriundos da política migratória realizada pelo governo da época.

Um exemplo é o Núcleo de Benjamim Constant. Sabe-se que muitas famílias espanholas que lá chegaram pela estrada de ferro Belém-Bragança não resistiram a adversidades encontradas na região e decepcionadas com as “falsas promessas” do governo brasileiro, muitos decidiram retornar a Espanha, outros migraram para a cidade mais desenvolvida e mais próxima do núcleo de Benjamim Constant, a cidade de Bragança e muitos deles retornaram para Belém e se fixaram na capital do Pará.

Muitos imigrantes espanhóis representaram o sucesso para a região, a exemplo destacam-se as famílias, Lhamas Veiga, Castanho Gardunho, Garcia Castanho, Rodriguez, Turiel e Gonzalez, mas disso, trataremos posteriormente.

No período de 1897 a 1900, a colônia recebeu uma grande leva de imigrantes. Sabe-se que até 1910, dos colonos de nacionalidade estrangeira, os espanhóis se destacaram pelo número expressivo de imigrantes que se instalaram no núcleo. Vejamos o quadro abaixo:



| NACIONALIDADES | ADULTOS      | MENORES      | SEXO M       | SEXO F       | NR.<br>FAMÍLIAS |
|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| BRASILEIROS    | 1.005        | 940          | 998          | 947          | 383             |
| ESPAÑHÓIS      | 578          | 378          | 453          | 503          | 191             |
| <b>TOTAL</b>   | <b>1.583</b> | <b>1.318</b> | <b>1.451</b> | <b>1.450</b> | <b>574</b>      |

Fonte: CRUZ, Ernesto. *A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política.*

Belém: Falôngola, 1955

Em 1920, a atividade econômica no Núcleo de Benjamin Constant atraiu um número significativo de imigrantes, o que tornou necessário a existência de um cartório de registro civil e de uma segunda circunscrição na comarca de Bragança. Tempos depois essa comarca setransformou no 22º Distrito, logo depois, o Distrito do Tijoca. Hoje, o cartório do Tijoca ainda é existente, mas já não é mais o mesmo, perdeu a sua importância dos tempos coloniais, é administrado de forma precária por um morador da região conhecido como Sr. José Augusto Matos de Sousa, um agricultor local e criador de pequenos animais e aves. O cartório ainda exerce suas atividades, mas funciona na sala da residência do responsável, em meio ao abandono de um velho armário de livros de registros antigos. No cartório constam 37 livros de registro, 10 de casamento e 12 de óbitos, que registraram informações a contar desde aquele momento de 1920 até os dias de hoje. Essa fonte documental nos faz perceber e comprovar a nacionalidade de muitos daqueles que chegavam e mais tarde se foram, deixando apenas sua história marcada na vida de seus descendentes.

Contrariando algumas bibliografias, torna-se necessário voltar ao século XIXe comentar a importância de determinadas famílias de origem espanhola que contribuíram para o progresso da economia e até da política da região nordeste do Pará. Não há como afirmar que houve apenas fracasso nas colônias de migração estrangeira, haja vista, que os arquivos de cartório da região apontam para um tempo em que o comércio e a produção estavam em processo de crescimento e grande aceleração. As exportações começavam a se multiplicar, com isso a econômica aquecida possibilitava maior poder aquisitivo das famílias. Muitas famílias espanholas saíram do Núcleo de Benjamin



Constant e foram morar na cidade de Bragança localizada as margens do rio Caeté, pois perceberam que o comércio da cidade oferecia melhores oportunidades para negociar os produtos oriundos da colônia de Benjamin Constant, além do local apresentar certa facilidade para que seus produtos fossem escoados pela estrada de ferro de Belém-Bragança.

Muitas famílias de origem espanhola aparecem no arquivo do Cartório Antônio Pereira, localizado na Av. Visconde do Rio Branco, centro de Bragança, são nomes de importância para a política e economia da sociedade bragantina da época.

Um primeiro exemplo é a família Lhamas Veiga, originária de Zamora, Espanha, parece ter sido muito bem representada na figura patriarcal de Manoel Lhamas Veiga, um grande comerciante da cidade de Bragança. Manoel Lhamas Veiga veio para a colônia de Benjamin Constant em 1904, mas logo abriu restaurante na cidade de Bragança e lá fez sua residência e local de trabalho, abriu um forte comércio conhecido por “Flor da Espanha”, onde comercializava as especiarias de Tabaco, açúcar, álcool, comércio de secos e molhados, visto esse ser o forte. Destacou-se na política bragantina na condição de vogal e participou da Intendência Municipal de Bragança.

A imagem de Manoel Lhamas Veiga foi associada por anos a ideia de sucesso na sociedade bragantina. Usufruiu de certos prestígios devido a seu status de grande comerciante. Destacou-se pela astúcia em saber negociar, um investidor nato, financiava as plantações de fumo aos agricultores para que depois lhe fosse dado o direito de primeiro comprador. Toda sua compra possuía destino certo, as grandes capitais do norte, e dentre elas estavam cidades como Manaus, Rio Branco e Porto Velho.

A riqueza da família Lhamas Veiga parecia aos poucos prosperar, a imagem de imigrante “abandonado à própria sorte” transformava-se em imagem de sucesso e poder. As relações de amizade do comerciante também contribuíram bastante para que ele se transformasse em um homem da política, os convites o fizeram assumir cargos públicos importantes, o lugar de vulgo permitiu a ele ser visto como um homem do povo e grande formador de opiniões, assim a população passou a admirá-lo e vê-lo na condição de um respeitado administrador público.

Era sócio do Coronel Raimundo Naseseno Ferreira e amigo incondicional do Major Aluizio Ferreira, que na época administrava o Território Federal de Rondônia.



Uma vez por outra, Aluízio solicitava do amigo, envio de mão de obra o desbravamento daquela parte da Amazônia. Determinada vez foram enviados sessenta (60) agricultores, inúmeros feixes de maniva e trinta fornos de cobre para incrementar a produção de rinha, naquela época, existente na região. (OLIVEIRA, 2008, pg. 189)

Dentre os documentos do arquivo do Cartório Antônio Pereira encontram-se documentos de posse de terrenos, engenhos, casas e até estabelecimentos comerciais. Desse material encontrado no arquivo do cartório relaciono algumas posses da família Lhamas Veiga que demonstram claramente a riqueza e poderio da família no início do século XX.

1)UM terreno com três braças e meia de frente, sito à Praça Deodoro da Fonseca (hoje Praça Antônio Pereira), canto da Rua General Gurjão, por onde começa os fundos, limitando-se pela frente com a dita Praça, pelo lado direito com a CASA e quintal de propriedade dos herdeiros de dona Maria Gonçalves da Rosa e pelo esquerdo com a referida Rua General Gurjão e pelos fundos com a Casa de herdeiros do Falecido tabelião José Manoel Cordeiro.

ADQUIRENTE: MANOEL LHAMAS VEIGA, comerciante residente neste município.

TRANSMITENTE: MANOEL LEMOS DA SILVA e sua mulher ALEXANDRINA GONÇALVES DA ROSA, lavradores, residentes nesta cidade.

ESCRITURA Pública de Venda e Compra lavrada em notas do tabelião Zacarias Bittencourt, em 08 de Maio de 1911.

Livro3-A fls 71 nº 571 , em 20/05/1911.

2)Uma CASA coberta de palhas com plantações de árvores frutíferas.

ADQUIRENTE - MANOEL LHAMAS VEIGA, comerciante, residente em Bacuriteua, neste município.

TRANSMITENTE. JOÃO DA SILVA PEREIRA e sua mulher Emília Maria Pereira, lavradores, residentes em Bacuriteua- neste município.



ESCRITURA privada, mandado passar pelos vendedores

Livro 3-A fls 71 nº 571- 16 de março de 1914.

3) Uma parte de terras contendo quarenta hectares trinta e nove ares e vinte centiares, no lugar Lago do Povo, deste município, limitando-se: pela frente, com a Estrada dos Campos de baixo; lado direito com terras de Sebastião Victoriano de Jesus e sua mulher, lado esquerdo com terras dos herdeiros de Francisco Ribeiro e fundos com as de Florentino Ribeiro.

ADQUIRENTE. MANOEL LHAMAS VEIGA

TRANSMITENTES, FLODOALDO DE OLIVEIRA TEIXEIRA e CARMEM DA SILVA TEIXEIRA, proprietários, residentes nesta cidade.

ESCRITURA: Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em notas do Tabelião César Pereira, em 16 de Maio de 1927.

Livro 3-B fls 107 nº 1288, em 19 de Maio de 1927.

4) TERRENO na Cachoeira do Rio Itaperussu, aplicado a indústria agrícola, com 100 braças de frente por 50 braças de fundos, limitando-se pela frente e fundos com os campos de baixo; pelo lado esquerdo com terras de Zacharias Pereira da Silva, pelo lado direito com terras de herdeiros de Manoel Barbosa Pereira.

ADQUIRENTE. MANOEL LHAMAS VEIGA, espanhol, comerciante, casado, residente nesta cidade.

TRANSMITENTE. BOAVENTURA FELICIO DA SILVA e sua mulher BELMIRA MARIA DA SILVA, brasileiro, casados, residentes em Tamatateua, neste município.

ESCRITURA Pública de Compra e Venda, lavrada em notas do tabelião César Pereira, em 28 de Janeiro de 1928.

Livro 3-B fls 129 nº 1350, em 30 de janeiro e 1928.



Além de bens materiais, Manoel Lhamas Veiga era um grande investidor, foi um dos principais clientes do Banco Ultramarino. Suas aplicações resultaram na multiplicação de sua riqueza. Na situação de correntista, possuía livre acesso ao banco e a seus funcionários, conhecia a necessidade de aplicar seu dinheiro para manter e garantir a existência de seu capital. Com isso, manteve por anos sua imagem de grande comerciante e investidor. O comércio local dependia de seus investimentos e ele se mantinha como um grande homem de negócios.

Mas a realidade dos imigrantes espanhóis não se configurou apenas com o sucesso em terras amazônicas, pelo contrário, apesar de toda a contribuição de muitas famílias para a região bragantina, o que se percebia também no início do século XX era um cenário caótico e de tristeza, pois outros imigrantes espanhóis “sem sucesso” se deslocaram de seus núcleos coloniais de destino para destinos incertos. Muitos espanhóis foram atraídos para a cidade de Belém, com a esperança de encontrar uma vida que fosse melhor do que a existente em seus núcleos coloniais, alguns deles não conseguiram se enquadrar em nenhuma atividade comercial desenvolvida na capital. Com isso, Belém e seus moradores passaram a conviver com uma paisagem que misturava a beleza de uma natureza exuberante de praças e bosques de emergente Belém da *belle-Époque* aliada à tristeza e a miséria de indivíduos pedintes, dentre eles, crianças, mulheres se prostituindo e anciões a mendigar pelas ruas como um “lixo humano”.

Mesmo que os espanhóis estabelecessem laços de solidariedade e a afirmação de suas identidades por meio de expressões culturais, a relação conflituosa no espaço público era latente, conforme registrou uma denúncia publicada no jornal A República (1896) contra o Restaurante Espanhol, situado no largo de Sant’Anna, que hospedava as horizontais, mulheres que ofendiam a moral pública com seu comportamento desregrado. Para a Amazônia ou outro local do país, a prostituição era uma das consequências da chegada de imigrantes estrangeiros. (SARGES, 2010, pg. 63).

O governo paraense nos anos de 1880, preocupado com a forte migração para Belém, adotou “medidas de combate a migração”, principalmente por conta de perceber

que havia uma entrada não só estrangeiros, mas também de imigrantes oriundos de outras regiões do país, como é o caso dos nordestinos, tudo em razão da riqueza gerada pelo *boom* da borracha. O Pará nos anos de 1900 já apresentava um número de 96.560 imigrantes só na capital paraense.

**TABELA DA POPULAÇÃO PARAENSE NOS ANOS DE 1872, 1900 E 1920**

| ANOS | PARÁ    | BELÉM   |
|------|---------|---------|
| 1872 | 275.237 | 61.997  |
| 1900 | 445.356 | 96.560  |
| 1920 | 983.507 | 236.402 |

Fonte : SARGES, 2002.

Segundo Emmi (2008, pg.105) entre 1908 e 1910, entraram no Porto de Belém cerca de 13.500 estrangeiros de várias nacionalidades, destacando-se os portugueses (48,67%), os espanhóis (15,98%). Ou seja, por um período significativo os espanhóis estiveram migrando em massa para a Amazônia, perdendo apenas para os Portugueses, tudo em função do aumento de valor da borracha.

Assim, FIGUEREDO (2004) afirma que os espanhóis e portugueses formaram a gigante colônia. Da padaria a construção civil, dos muitos mercados as companhias de ônibus deram contorno a grande casta de empresários da terra. Fosse um trabalhador anônimo ou uma celebridade das artes e da cultura, o estrangeiro fincou raízes profundas e esparramadas na cidade de Belém.

Belém, ao lado de Manaus, representou uma das mais importantes cidades economicamente ativas da Amazônia, um eldorado sonhado por milhares imigrantes de todos os lugares do mundo. Mas com o passar dos anos, ao lado de tanta riqueza, originado da economia do látex entre os anos de 1870 a 1910.

A capital do Pará, com o tempo, passou a conviver também com uma realidade diferente, a da pobreza, em função da falta de uma política de planejamento e organização da cidade. Tornou-se comum enxergar no centro de Belém, velhões casarões abandonados serem transformados de forma aleatória em pensões e cortiços para receber imigrantes. Sem contar a presença marcante de estrangeiros em vilas

organizadas por imigrantes de toda natureza, com isso a cidade se tornou não somente um grande centro de atração de trabalho, mas também de criminalidade e marginalidade.

O mais importante a ser mostrado sobre a vida na metrópole da Amazônia no *fin-de-siècle* é sua realidade concreta, onde as contradições sociais inerentes ao sistema capitalista afloravam muito mais, visto que o desenvolvimento econômico do capitalismo trazia em seu bojo o paradoxo do progresso, da modernidade, onde convivem a miséria, a prostituição e toda uma gama enorme de desgraças sociais com o fausto e o luxo de uma burguesia que consumia, fundamentalmente, o importado. (SARGES, 2002)

MARTÍNEZ (2000) ao referir-se a Amazônia afirma que no Brasil, os galegos se dispersaram por vários estados. No Pará, nos finais de século XIX, teriam sido recrutados para trabalhar em colônias agrícolas, porém muitos acabaram se concentrando em Belém. Onde se dedicaram ao setor terciário, empregando-se principalmente em negócios de hotelaria. No Amazonas, os imigrantes espanhóis participaram da construção da estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1922 a quase totalidade residia em Manaus, eram quase mil, a capital estava seguida de por Porto Velho, com cerca de aproximadamente cem imigrantes espanhóis.

Os números referentes à entrada e permanência de espanhóis na Amazônia são confirmados no quadro de população estrangeira e brasileira (abaixo) construída por Levy (1974) nos dois principais estados que sofreram migração espanhola na região norte do país. Bem como são confirmados nas tabelas a seguir.

**POPULAÇÃO ESPANHOLA NATURALIZADA SEGUNDO O CENSO DE 1920 NOS ESTADOS DO AMAZONAS E PARÁ.**

| ESTADOS  | ESPANHA |
|----------|---------|
| AMAZONAS | 986     |
| PARÁ     | 3355    |

FONTE: Levy (1974, pg. 79) adaptado pelo autor



#### ENTRADA DE ESPANHÓIS NO PORTO DE BELÉM (1908-1910)

| NACIONALIDADE | 1908 |       | 1909 |       | 1910 |       | TOTAL |       |
|---------------|------|-------|------|-------|------|-------|-------|-------|
|               | v.a  | %     | v.a  | %     | v.a  | %     | v.a   | %     |
| ESPAÑHÓIS     | 655  | 19,04 | 517  | 14,63 | 967  | 15,09 | 2139  | 15,98 |

FONTE: Emmi (2008) adaptado pelo autor

#### ENTRADA DE ESPANHÓIS NO PARÁ E NO AMAZONAS CONFORME NACIONALIDADE (1872-1920).

| ORIGEM    | 1872 |    | 1920 |     |
|-----------|------|----|------|-----|
|           | PA   | AM | PA   | AM  |
| ESPAÑHÓIS | 158  | 35 | 3355 | 986 |

FONTE: Emmi (2008) adaptado pelo autor

Enfim, como se percebe, a Amazônia sofreu uma significativa e expressiva migração espanhola, mas que na vasta literatura existente sobre estudos migratórios, esse registro pareceu ter se tornado algo “quase inexistente”, se não fosse por alguns momentos em trechos de ensaios e artigos voltados para o estudo das migrações internacionais no cenário amazônico. No entanto, esses espanhóis, representados por números reveladores de grande importância comercial foram imprescindíveis na construção de uma economia crescente na Amazônia do século XIX, principalmente nas áreas do comércio e da agricultura.

Diferentemente dos imigrantes italianos que continuaram chegando após o final do século XIX e início do século XX, os espanhóis reduziram sua entrada e na metade do século XX quase já não os encontrávamos em terras amazônicas. No entanto sua contribuição é visível na História do estado paraense, deixaram uma riqueza material e um legado de habilidade comercial e agrícola, que nos dias de hoje pode ser observado principalmente nas cidades de grande fluxo desses imigrantes no estado, como é o caso das cidades de Bragança e Belém, uma herança patrimonial familiar que se preserva e se mantém como parte viva de uma grande epopeia que existiu no coração da Amazônia.

#### Referências Bibliográficas



- AMAZONIA. Escritório de emigracion da España y lãs islas Baleares y canárias al estado del Pará em la República del Brasil. Galicia: J.Barreras [1895]. 56 p. il. Retr. s.
- ALMEIDA. Alfredo Wagner Berno de. Antropologia doa Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALENCAR. Alberto Fernandes de. História de Três Famílias. Imigrantes de Pau-dos-Ferros e seus descendentes. II Vol. Gráfica Salesiana. Belém, Pará, 1996.
- ALENCAR, Edna Ferreira. Migrações Amazônicas. Org. Cristina Donza Cancela & Rafael Chambouleyron. Gente de todas as Paragens: Retratos da Imigração no Pará.
- CÁNOVAS. Marília Klaumann. Hambre de Tierra. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista (1880-1930), São Paulo, Ed. Lazuli, 2005.
- CRUZ. Ernesto. A estrada de Ferro de Bragança, Vida social, econômica e política. Ed. Falângola, 1955.
- EMMI. Marília. Italianos na Amazônia (1870-1950). Pioneirismo econômico e identidade. Belém, NAEA, 2008.
- FIGUEREDO. Aldrin. Belém dos Imigrantes: História e Memória. Belém- Pará. Museu de Arte de Belém , 2004.
- MARTINEZ. Elda Evangelina González. O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis. Fazer a América. Org. Boris Fausto, 2ª ed. São Paulo, ed. Da Universidade de São Paulo, 2000.
- PENTEADO. Antônio Rocha. Problemas de Colonização e de uso da terra na Região Bragantina do estado do Pará. Vol. 1 e 2. Universidade Federal do Pará, 1967.
- SARGES, Maria de Nazaré . A Cidade de Belém no Tempo da Borracha. In: Edilza Joana Oliveira Fontes. (Org.). Contando a História do Pará - Os conflitos e os Grandes Projetos na Amazônia Contemporânea (Séc. XX). 1 ed. Belém: E. Motion, 2002, v. II, p. 3-25.
- SARGES, Maria de Nazaré. A 'Galícia' paraense: imigração espanhola em Belém do Pará (1890-1910). In: José Luis Ruiz-Peinado Alonso; Rafael Chambouleyron. (Org.). Trópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI). 1a ed. Belém: Açaí, 2010, v. 1, p. 201-218.
- SARGES. Maria de Nazaré. “O colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar-Belém do Pará (1894-1900)”. In: Maria Izilda MATOS. Fernando de SOUZA &



Alexandre HECKER (org.). Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses. São Paulo : EDUSC, 2008, pg.321-335.

SARGES, Maria de Nazaré. Tauromachia, Tauromania: Migrantes galegos e práticas culturais em Belém na virada do século XIX para o XX. In : Cristina Donza CANCELA & Rafael CHAMBOULEYRON (Orgs.). Migrações na Amazônia. Belém: Açaí. Centro de Memória da Amazônia. PPCA, 2010, 148 p.

SARGES, Maria de Nazaré. Os portugueses na cidade: trabalho e cotidiano (Belém - 1900). In: Fernando de Sousa; Ismênia Martins; Izilda Matos. (Org.). Nas Duas Margens: os portugueses no Brasil. 01 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009, v. 01, p. 177-187.

SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. Ed. Da Universidade da São Paulo, 1998.